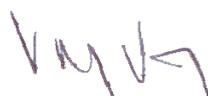


36 todo o país. Sugeriu que futuramente possa ser proposta uma alteração no número de
37 Conselheiros pelo menos para 27, sendo um para cada Estado. O Dr. Pedro Sérgio
38 comunicou que a Universidade de Goiás fará uma pesquisa sobre “Mídia e
39 Criminalidade” a cargo dos professores Ricardo Barbosa, Mato Rogério de Souza e
40 Pedro Sérgio dos Santos. Em seguida, o 1º vice-Presidente passou a palavra ao
41 Conselheiro Herbert Carneiro, o qual falou sobre a notícia do Jornal O Globo, em que o
42 Ministro da Justiça Tarso Genro se referiu aos grampos telefônicos e aos abusos que
43 estão sendo cometidos. A palavra foi dada ao Conselheiro Luis Guilherme e este
44 informou que o Secretário Nacional de Justiça havia conversado com o Ministro da
45 Justiça Tarso Genro sobre um anteprojeto de Lei nesse sentido, produzido por uma
46 comissão formada, sob a presidência da Professora Ada Grilover, por Antonio
47 Magalhães Gomes Filho, pelo Professor Escarance e pelo advogado Antonio Carlos de
48 Almeida Castro. Este projeto chegou a ir ao Congresso. O 1º vice-Presidente
49 parabenizou o Conselheiro Carlos Weis por assumir a Presidência do Conselho da
50 Comunidade do Estado de São Paulo e informou, ainda, que está sendo agendada uma
51 reunião do Conselheiro Edison Biondi com o Ministro da Saúde, para tratar de questões
52 de saúde, em especial a tuberculose, as doenças infecto-contagiosas e a AIDS. O 1º
53 vice-Presidente Dr. Vetuval Martins Vasconcelos registrou que o Conselheiro César
54 Oliveira de Barros Leal havia solicitado passagens e diárias para assegurar a
55 participação da Dra. Sílvia Maria de Silveira Loureiro, Professora da Universidade
56 Estadual do Amazonas, no Fórum Permanente de Direitos Humanos, em Fortaleza,
57 quando discorrerá sobre os TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS
58 HUMANOS DO CIDADÃO LIVRE E DO ENCARCERADO NA CONSTITUIÇÃO
59 BRASILEIRA. Comunicou, a este respeito, que o pedido foi encaminhado ao Depen, o
60 qual se manifestou favorável, reconhecendo a possibilidade jurídica do custeio.
61 Encaminhado ao Plenário, foi acatado pelos Conselheiros. O 1º vice-Presidente
62 informou, ainda, que à noite ocorreria o Circuito Universitário no IESB, às 19:30, com a
63 participação dos Conselheiros Herbert Carneiro e Pedro Sérgio dos Santos, aos quais
64 caberia discorrer, respectivamente, sobre “O Papel do Juiz na Execução Penal” e “O
65 Lado Honesto do Crime”. E anunciou que, por sugestão do Conselheiro César Oliveira
66 de Barros Leal, será entregue um certificado aos palestrantes. O Conselheiro Maurício
67 Kuehne lembrou que foi criada no Conselho a figura do Conselheiro Honorário e que, a
68 cada ano, seria prestada uma homenagem a alguém que tivesse se destacado na área.
69 Lançou a idéia de que o Conselho homenageie como Conselheiros honorários, os ex-
70 presidentes vivos e falecidos. Disse que o CNPCP atribuiria ao Depen a confecção das

71 placas, o que foi aprovado unanimemente. No segundo momento, a reunião começou
72 com a apresentação do Orçamento de 2008 do Depen, por seu Diretor Executivo, Dr.
73 Cristiano Orém de Andrade. Em seguida, o Presidente em exercício, Dr. Vetuval Martins
74 Vasconcelos, anunciou que quatro processos estavam em pauta para apreciação a título
75 de urgência e que outros processos deveriam também ser objeto de exame. Passou-se,
76 pois, à sua apreciação: **01)** Processo MJ/GM nº 08001.005193/2006-91. Assunto: PL nº
77 2862/2004, Deputado RUBINELLI. Revoga-se o art. 115 do Decreto-Lei nº 2848, de
78 07/12/1940 – Código Penal. Revogando o dispositivo que reduz de metade os prazos de
79 prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte um) anos,
80 ou, na data da sentença, maior de (70) setenta anos. Parecer do Conselheiro Cássio
81 Castellarim: pela aprovação do PL. Rejeitado, por maioria. **02)** Processo MJ/GM nº
82 08001.004722/2005-58. Assunto: PLS 19/2004. Senador GERSON GAMATA. Altera o
83 art. 233 do Decreto-lei nº 3.689, de 03 de Outubro de 1941 – Código de Processo Penal,
84 para permitir a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios
85 para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal. Parecer do
86 Conselheiro Carlos Weis: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **03)** Processo
87 CNPCP/MJ n.º 08037.000046/2006-17. Assunto: Relatórios de 24/03/2006. Relatório de
88 Atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul, referente o
89 exercício de 2005. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: para que sejam os autos
90 custodiados pela Secretaria do CNPCP , para subsidiar a visita de Inspeção e convidar
91 o Presidente do Conselho Penitenciário do Estado para, em reunião do CNPCP, traçar
92 um panorama da situação carcerária daquele Estado. **04)** Processo MJ/GM nº
93 08001.003591/2006-72. Assunto: PLS nº 118/2006, Senador DEMÓSTENES TORRES.
94 Altera a Lei nº 5.172, de 25/10/1996 – Código Tributário Nacional – Para permitir
95 expressamente aos membros do Ministério Público o acesso a dados fiscais controlados
96 pelas autoridades fazendárias, quando houver inquérito civil público ou procedimento
97 investigatório instaurado. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: pela Rejeição do PL.
98 Aprovado, à unanimidade. **05)** Processo MJ/GM nº 08001.005165/2006-73. Assunto: PL
99 nº 6477/2006 PLC nº 77/2006, Deputado ALBÉRICO FILHO. Altera o art. 306 do
100 Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941 Código de Processo Penal, determina que o auto
101 de prisão em flagrante seja encaminhado ao juiz competente e ao advogado do detento,
102 ou à Defensoria Pública, 24 horas após a prisão. Parecer do Conselheiro Carlos Weis:
103 pelo arquivamento do processo. Aprovado, à unanimidade. **06)** Processo MJ/DEPEN nº
104 08016.002721/2007-71. Elo Social Brasil. Curso de Monitor da Social Carcerária.
105 Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pelo arquivamento dos autos

106 com remessa de cópia ao interessado. Aprovado, à unanimidade. **07)** Processo
107 MJ/DEPEN nº 08016.001738/2007-10. Memo nº 202/2007-DEPEN/GAB, de 14/02/2007.
108 Artigo “Filhos do cárcere”. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: para
109 reprodução de cópias a serem encaminhadas à Comissão criada para elaborar as
110 “Diretrizes Básicas para Mulheres Encarceradas”, e posterior arquivamento dos autos.
111 Aprovado, à unanimidade. **08)** Processo MJ/DEPEN nº 08016.002939/2007-26.
112 Encaminha, para conhecimento deste Egrégio Conselho, cópia do relatório de inspeção
113 realizada na Penitenciária Federal de Catanduvas-PR. Despacho do Conselheiro César
114 Oliveira de Barros Leal: pelo arquivamento dos autos. Aprovado, à unanimidade. **09)**
115 Processo MJ/GM n.º 08001.008267/2006-41. Assunto: PL 7439/2006, Deputado
116 ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME. Regulamenta a imprescritibilidade e a
117 inafiançabilidade de crimes praticados por grupos armados e associações criminosas
118 que atentem contra a segurança e a ordem constitucional e o Estado democrático,
119 institui medidas repressivas a estas condutas e cria novas figuras penais. Parecer do
120 Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pela rejeição do PL. Aprovado, à
121 unanimidade. **10)** Processo MJ/CNPCP n.º 08037.000022/2007-49. Assunto:
122 Comunicação aos Estados sobre os documentos editados pelo CNPCP para
123 conhecimento e providências pertinentes à matéria. Manifestação do Conselheiro César
124 Oliveira de Barros Leal: anexou expediente, por ele elaborado, para encaminhamento às
125 autoridades envolvidas com as questões penitenciárias. Aprovado, à unanimidade. **11)**
126 Processo MJ/SNJ/GAB n.º 08015.004220/2006-59. Assunto: Encaminha para aprovação
127 o "Termo de Parceria para implementação e Gestão do Projeto Leilão.Gov", a ser
128 celebrado entre o Ministério da Justiça e o Instituto Nacional da Qualidade Judiciária.
129 Parecer da Conselheira Eleonora de Souza Luna: pela aprovação da parceria, com
130 fundamento nos pareceres do órgão especializado. Aprovado, à unanimidade. **11)**
131 Processo CNPCP/MJ n.º 08037.000163/2006-81. Ofício nº 207/06PJEP, encaminha
132 manifestação do Promotor da Justiça 21ª PJ Criminal da Capital de Pernambuco.
133 Parecer da Conselheira Eleonora de Souza Luna: pelo envio dos autos ao DEPEN/MJ
134 para que sejam tomadas as providências pertinentes. Aprovado à unanimidade. **12)**
135 Processo MJ/GM n.º 08004.000039/2007-83. Minuta de anteprojeto de lei proposto pelo
136 Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual
137 que altera os arts. 530-C, 530-D, 530-F e 530-G do Decreto-lei nº 3689, de 03/10/1941 –
138 CPP. Parecer do Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro: pela aprovação do
139 anteprojeto, com acréscimos sugeridos. Aprovado, à unanimidade. Concluído o exame
140 dos pareceres, o 2º vice-Presidente Maurício Kuehne encerrou os trabalhos,

141 agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por
142 mim, Jussara Isaac Ribeiro.



143
144
145
146
147
148

VETUVAL MARTINS VASCONCELOS
1º vice-Presidente do CNPCP

Publicada no DOU, de 7 de agosto de 2007, Seção 1 – p. 42.